

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2023 a 31/10/2023

Assunto: "Reforma Administrativa" or "PEC 32, de 2020"

Documento 1/9

213.2023	Sessão Ordinária - CD	24/10/2023-10:30
Publ.: DCD - 10/25/2023 -	Professora Luciene Cavalcante-PSOL -SP	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

A Deputada discursou na sessão solene em homenagem ao Dia do Servidor Público e ao aniversário de 35 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União — SINDILEGIS. Ademais, discorreu sobre os compromissos da bancada em defesa do serviço público. Além disso, manifestou-se contrariamente à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2020, que trata da reforma administrativa, e pela revogação da reforma da Previdência. Adicionalmente, defendeu o relatório do Dep. Boulos ao Projeto de Lei Complementar que permite a Estados, Municípios e Distrito Federal pagar, retroativamente, anuênios, quinquênios e licenças-prêmio congelados por determinação da Lei Complementar nº 173, de 2020. Pleiteou ainda a implementação total da lei nacional do piso do magistério. Defendeu também que as educadoras infantis sejam enquadradas na carreira do magistério. Outrossim, defendeu a derrubada dos vetos nº 10, de 2023, e nº 25, de 2023, que prejudicam as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Poder Judiciário da União. Por fim, criticou a política educacional do Governador de São Paulo, que protocolou PEC que reduz recursos orçamentários para a educação pública.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP) -
Bom dia a todos.

Na pessoa do Presidente da Mesa, cumprimento a todos e a todas presentes e também os que estão acompanhando virtualmente esta Sessão Solene, que é extremamente importante porque joga luz sobre os trabalhadores e as trabalhadoras dos serviços públicos do nosso País.

Além de ser um direito social, um direito humano muito importante na dimensão singular da vida de cada um de nós, o trabalho dentro do serviço público tem uma função específica dentro da nossa Constituição Federal,

dentro do nosso projeto de país, de sociedade e de democracia.

Os serviços públicos são aqueles que garantem os direitos fundamentais ao conjunto da nossa população. São os servidores e as servidoras públicas que, dentro de cada uma de suas unidades de trabalho, transformam as políticas públicas em políticas de Estado.

Num país forjado pela lógica da casa-grande e da exclusão, num país marcado pelo racismo e pela pobreza profunda da grande maioria da população, nós temos a dimensão essencial dos servidores públicos.

Eu sou servidora pública. Prestei serviço público por 23 anos na carreira da educação no Município de São Paulo. Sou a primeira professora de carreira do meu Município eleita. Então, quando falo da importância do serviço público, da importância dos sindicatos, das organizações de classe, trato de algo que eu vivi, de algo que constituiu a minha visão de mundo, que me fez chegar até aqui e entender que hoje não há como pensarmos a reconstrução do País sem haver algumas ações que são essenciais.

Aqui eu quero listar alguns compromissos que nós da bancada em defesa do serviço público temos e que, hoje, reafirmamos para o conjunto dos servidores, para o conjunto da população. Quando um serviço público é atacado, somos nós servidores públicos, na linha de frente, os primeiros que sofremos. Mas o grande atingido por esse massacre aos serviços públicos é o conjunto da população. Nós não podemos ter dúvida com relação a isso.

Uma das nossas tarefas é enterrar, de uma vez por todas, essa farsa da PEC 32, essa farsa de reforma administrativa.

(Palmas.) Vamos juntos enterrar, de uma vez por todas, esse assunto. Temos que fazer a revogação da reforma da Previdência, que prejudicou ainda mais as mulheres — a maioria no serviço público —, aumentando muito a idade mínima para elas poderem conseguir a aposentadoria, e ainda confiscou aposentadoria daqueles que recebem abaixo do teto do INSS. Como se já não bastasse a reforma da Previdência de 2003, que confiscou a aposentadoria de todos aqueles que recebem acima do teto do INSS, agora também está confiscada a aposentadoria daqueles que recebem abaixo do teto do INSS.

Quero dar aqui uma notícia com relação à nossa luta pelo descongelamento das carreiras dos servidores públicos feito através da Lei Complementar nº 173, de 2020, que produziu efeitos nefastos: a não contagem de tempo para aquisição de quinquênio, sexta-parte, biênio, licença-prêmio. O Deputado Federal Guilherme Boulos é o Relator do projeto que altera essa lei na Comissão de Finanças e Tributação. Ele protocolou, esta semana, o relatório favorável ao projeto.

Nós estamos trabalhando com uma articulação e queremos pedir, mais uma vez, o apoio dos sindicatos e das confederações aqui presentes, para que



dialoguemos com o conjunto dos Deputados que compõem essa Comissão. No máximo na próxima semana, nós já vamos colocar o projeto em votação. Então, nós vamos avançando para termos mais esse direito, que nos foi roubado, seja devolvido.

Nós temos outras lutas que são fundamentais, e eu, como servidora pública da área da educação, não poderia deixar de mencionar duas delas, primordiais. Nós não temos ainda a implementação total da lei nacional do piso do magistério, que é de 2008, e até hoje inúmeros Municípios e Governadores não pagam o piso, que é de 4 mil, 420 reais e 55 centavos, para 40 horas de trabalho. Que País é este que não consegue valorizar minimamente suas servidoras públicas da área da educação? Portanto, essa é uma das nossas lutas aqui.

Lutamos também pelo enquadramento na carreira do magistério das nossas educadoras infantis. Quero aproveitar esta sessão solene para fazer essa denúncia, visto que muitas pessoas não têm conhecimento disso. A LDB, que é a nossa lei maior da área da educação, já instituiu que todas as trabalhadoras que educam nossos bebês, nossas crianças de até 3 anos, fazem parte da carreira do magistério. Mas o que acontece? Inúmeros Municípios não enquadraram essas profissionais na carreira do magistério. Por quê? Para não precisarem pagar o piso nacional do magistério. Isso é um descalabro, isso é um absurdo.

Nesta semana, na quinta-feira, está convocada uma sessão do Congresso. E nós Deputados e Deputadas que defendemos os serviços públicos temos um compromisso, que é votar pela derrubada dos Vetos nºs 10 e 25, que estão prejudicando a carreira dos servidores do Judiciário e do Ministério Público. Precisamos unir esforços para derrubar esses vetos.

Termino aqui o meu pronunciamento, falando sobre os ataques no Estado de São Paulo, pelo qual sou eleita. Lá nós temos um Governo que atua de forma contínua pela destruição dos serviços públicos. Ele apresentou esta semana a PEC 9, para mudar a Constituição e retirar mais de 10 bilhões de reais das verbas da educação.

Os senhores acompanharam ontem mais uma tragédia na educação. A escola, que é para ser um espaço de vida, está sendo palco de assassinatos. E isso passa pela desvalorização e pelos ataques à Constituição, não só em relação à educação, mas a toda a rede de apoio que garante os direitos fundamentais das nossas crianças e adolescentes. Esses são serviços públicos essenciais, como o CAPS, como a assistência social, como a própria polícia, que também estão prejudicados e precarizados na sua capacidade de atuação.

Esse mesmo Governador, que não cumpre a lei que prevê a atuação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas — no Estado de São Paulo, nós temos mais de cem "escolas de lata" —, que não investe na educação quilombola, que não investe na educação das pessoas com deficiência, que não

paga o piso nacional do magistério, anuncia um corte de recursos e uma nova reforma administrativa. E nós sabemos que, infelizmente, o Estado de São Paulo e o Município de São Paulo servem de laboratórios para as maldades que depois se espalham pelo Brasil.

Portanto, luto para nós, que somos servidores públicos e servidoras públicas, é verbo. Nós temos que lutar e existir. Neste dia de homenagem, nós estamos aqui para nos fortalecermos, para nos juntarmos e para fazermos deste um país mais justo, a fim de que nossos meninos e as nossas meninas tenham um futuro muito melhor do que este presente de horror que vivemos.

Vamos à luta! Viva a luta dos servidores e das servidoras públicas!

Documento 2/9

213.2023	Sessão Ordinária - CD	24/10/2023-10:46
Publ.: DCD - 10/25/2023 -	Alice Portugal-PCdoB -BA	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

A Deputada discursou na sessão solene em homenagem ao Dia do Servidor Público e ao aniversário de 35 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União — SINDILEGIS. Ademais, discorreu sobre a luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2020, que trata da reforma administrativa. Além disso, elogiou a abertura das mesas de negociação e o reajuste linear conquistado para os servidores públicos federais. Repudiou ainda a reforma da previdência. Adicionalmente, defendeu a aprovação da PEC nº 555, de 2006, que revoga a contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos. Por fim, sustentou que qualquer reforma administrativa proposta pelo Governo deva ser debatida com os servidores públicos.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA) - Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar os requerentes desta sessão, Deputado Gilvan Maximo e Professora Luciene Cavalcanti, e abraçar a todos que estão na Mesa: o nosso querido João Domingos, lendário Presidente da CSPB — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; o Sr. Vilson, que preside a Associação do Nacional dos Auditores Fiscais — ANFIP; o Sr. José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor; e o Sr. Costa Neto, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público — vamos derrubar os vetos!

Eu quero abraçar a minha federação, que está presente, a FASUBRA, e, por meio dela, abraçar todas as federações presentes nesta manhã, entidades, dirigentes sindicais de confederações, federações, sindicatos de servidores públicos. Sou uma das coordenadoras da Frente Mista em Defesa do Serviço Público nesta Casa e servidora pública, com muito orgulho.

Chegamos ao mês de outubro deste ano com algumas novidades, e novidades importantes que deixamos de vivenciar nos últimos 6 anos. As mesas de negociação estão abertas. Tivemos um reajuste linear. No entanto, nós temos clareza de que esse foi o primeiro passo para a saída de um processo de extrema ação deletéria contra os serviços públicos no Brasil. Vivenciamos um grande arrocho, vivenciamos a estagnação das carreiras. E agora nós queremos mais. Por isso mesmo, é importante que as duas frentes existentes nesta Casa caminhem unidas, como caminhamos na batalha contra a PEC 32, ainda com a emergência pública.

(Palmas.)

Eu queria pedir à Mesa tolerância, tanto em função de garantir o tempo como a representação do PCdoB, que foi solicitada. Já deve ter ofício à mesa.

É preciso dizer que, juntos, fizemos uma luta lendária, de grande importância, de resistência, com manifestação permanente à frente desta Casa. E foi com essa resistência que nós derrotamos politicamente a PEC 32. Hoje, infelizmente, se a colocarmos em votação, poderemos perder. Por isso, é melhor que ela fique estagnada, completamente esquecida, engavetada. A PEC 32 não serve ao serviço público e não serve ao País. Por isso mesmo, é sempre bom lembrar que a PEC 32, lamentavelmente, pode fazer retenção de salários, diminuição de jornada de trabalho com diminuição de salário, terceirização generalizada e substituição de professor em sala de aula por não licenciados. Ela pode interferir até na negociação coletiva dos trabalhadores das estatais. É um desastre para o Estado brasileiro.

Agora, é necessário dizer ao nosso Governo que qualquer vislumbre de reforma administrativa tem que ser discutida previamente com os sindicatos e com esta Casa. Aqui, há duas frentes, e nós não poderemos nos silenciar diante de uma possibilidade, como anunciada por um assessor do Ministério, de retração de carreiras, de carreiras contratas, de diminuição da quantidade de carreiras.

Por último, temos a questão relacionada com os aposentados. Nos serviços públicos houve a bitributação dos aposentados. Quanto à Previdência, matéria fina, votei contra as duas reformas com muita clareza do que estava fazendo. E digo aos senhores: nós pagamos a vida inteira para uma caixa solidária, que é a caixa previdenciária, para, quando a capacidade laboral estiver finda, podermos receber. É esse o sentido da natureza previdenciária. Vasos comunicantes, infelizmente, estão sendo esvaziados. E nós queremos aprovar a PEC 555.

(Palmas.)

É necessário dizer que, comparando-se com o total de ocupados, o Brasil tem menos servidores que todos os parceiros do MERCOSUL e fica atrás de países como os Estados Unidos, a Espanha, a Alemanha, a Austrália, e muito atrás da Dinamarca, da Finlândia e da Suécia. É mentira dizer que temos muitos servidores públicos, especialmente do Poder Executivo.

Portanto, é fundamental restaurar as carreiras e derrotar a PEC 32. Reforma administrativa só se for para consagrar concursos e garantir efetivamente um melhor servir ao povo brasileiro. Acima de tudo, é fundamental dizer que qualquer reforma só com debate com os servidores.

Um forte abraço.

Vivam os servidores públicos do Brasil!

Documento 3/9

213.2023	Sessão Ordinária - CD	24/10/2023-10:54
Publ.: DCD - 10/25/2023 -	Erika Kokay-PT -DF	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

A Deputada discursou na sessão solene em homenagem ao Dia do Servidor Público e ao aniversário de 35 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União — SINDILEGIS. Elogiou a dedicação dos servidores públicos durante a pandemia do coronavírus. Além disso, repudiou a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que trata da reforma administrativa, criticando o Governo anterior. Adicionalmente, defendeu a estruturação de processos de negociação permanentes entre o Governo e os servidores públicos.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Queria parabenizar os Deputados que são requerentes desta sessão solene, porque aqui vieram e representam o conjunto dos Parlamentares que entendem a importância do serviço público para o País.

Penso que não fazemos o luto das casas-grandes e senzalas sem políticas públicas de qualidade. E políticas públicas de qualidade são feitas todos os dias por servidores e servidoras. Por isso, nós estamos aqui para dizer que o Brasil precisa fortalecer o serviço público, fortalecer inclusive servidores e servidoras, estabelecendo processos de negociações que façam parte,

cotidianamente, das relações de trabalho.

É fundamental que nós possamos agora estabelecer, de forma estruturante, um processo de negociação para que possamos romper o ciclo de uma etapa em que os servidores muitas vezes tinham que fazer greve para haver um processo de negociação.

(Palmas.) Agora precisamos de negociações asseguradas dentro do processo de construção de um serviço público que cumpra a função, como Celso Furtado já dizia, do Estado. O Estado serve para enfrentar os problemas nacionais.

O que nós vimos no último período foi a tentativa de capturar o Estado e de fazer com que o Estado servisse aos governantes e à iniciativa privada. Este é o sentido da PEC 32, que vamos definitivamente sepultar da história deste País.

(Palmas.) E vamos fazê-lo porque todos os dias esta Casa recebeu servidores de todos os cantos do Brasil para dizer que é preciso preservar as políticas públicas e que nós não queremos mais a volta do Estado da República Velha, do mandonismo, ou seja, desse Estado autoritário, que assediou servidores e servidoras em todos os cantos deste País. Nós sofremos assédio institucional quando os órgãos públicos do Governo anterior estavam para negar a política precípua da sua própria instituição. Ah, como tivemos o racismo tomando conta da Fundação Palmares; a política antiambientalista tomando conta do Ministério do Meio Ambiente; e por aí vai.

Nós aqui, com a altivez das entidades sindicais, fizemos com que o Brasil fosse escutado e, a partir daí, deixamos absolutamente claro, com a participação de todas as entidades sindicais, que o Brasil sabe quem são os seus heróis e heroínas, e isso ficou muito nítido durante o processo da pandemia. Quem assegurou o funcionamento desta Casa durante a pandemia foram os servidores do Poder Legislativo da Câmara Federal.

(Palmas.) Quem assegurou o atendimento às pessoas vítimas de COVID-19 foram os servidores que usam jaleco branco. Quem assegurou a educação durante a pandemia foram professores e professoras que percorriam todos os cantos deste País. E a população teve consciência da força e do que representam servidores e servidoras, estes que foram colocados como inimigos no Governo anterior.

Alguém aqui se lembra do parasita dizendo que os servidores eram parasitas? Alguém aqui se esqueceu da granada no bolso? Não, nós não esquecemos! Por isso, derrotamos essa lógica nas últimas eleições.

(Palmas.)

Agora queremos reconstruir o fortalecimento de servidores e servidoras, porque assim se fortalecem as políticas públicas e assim se fortalece o Brasil, Brasil generoso, Brasil que acolhe, Brasil que busca fazer o luto definitivo das

casas grandes e senzalas.

Por isso, as minhas homenagens muito especiais a todos os servidores e servidoras do nosso País. Aqui podemos ir para casa e dizer: *“Foi a nossa organização que fez com que as maiorias parlamentares se transformassem em minorias e que nós tivéssemos derrotado a PEC 32”*. Não me venha quem quer que seja dizer que ela vai voltar, porque aqui há servidores e servidoras que têm compromisso com o Brasil, que têm compromisso com o serviço público, e a PEC 32 não voltará. Por isso, as minhas homenagens, em particular, aos servidores aqui do Poder Legislativo, que todos os dias constroem a democracia deste País.

Vivam os servidores e servidoras do Brasil!

Documento 4/9

213.2023	Sessão Ordinária - CD	24/10/2023-11:02
Publ.: DCD - 10/25/2023 -	ALISON SOUZA--- ---	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Presidente do SINDILEGIS discursou na sessão solene em homenagem ao Dia do Servidor Público e ao aniversário de 35 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União — SINDILEGIS. Elogiou a dedicação dos servidores do Poder Legislativo para o funcionamento das sessões virtuais do Congresso Nacional durante a pandemia do coronavírus, assim como a atuação exemplar de todos os demais servidores públicos. Ademais, repudiou a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que trata da reforma administrativa. Por fim, enalteceu o trabalho da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

O SR. ALISON SOUZA - Bom dia a todos.

Cumprimento o Deputado Gilvan Maximo, o Presidente desta sessão, e, na pessoa dele, cumprimento todos os presentes e toda a Mesa.

Cumprimento também o Deputado Júlio César, que esteve conosco, a Deputada Professora Luciene Cavalcante e o Deputado André Figueiredo, que são coautores do pedido desta sessão. Cumprimento também as Deputadas Alice Portugal e Erika Kokay, as demais autoridades presentes, os colegas servidores e os cidadãos brasileiros, a quem orgulhosamente servimos.

É com grande honra e enorme alegria que me encontro, hoje, neste lugar

consagrado à democracia brasileira, representando o SINDILEGIS, que celebra 35 anos de trabalho e compromisso em favor dos servidores da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas da União, representando também, como Diretor Institucional do Instituto Servir Brasil, braço operacional da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

Este é um momento muito especial que nos convida a celebrar o aniversário do nosso sindicato, sem dúvida um dos mais combativos e respeitados do País, mas também a reverenciar o Dia do Servidor Público, uma data que homenageia aquelas e aqueles que escolheram dedicar suas vidas a servir, servir ao Brasil, servir ao povo brasileiro.

Quando o SINDILEGIS foi fundado em 6 de outubro de 1988, apenas um dia após a promulgação da Constituição, começou com um pequeno grupo com grandes ideais. Ao longo dos anos, nossa missão se traduziu em inúmeras batalhas e vitórias que impactaram a vida de milhares de profissionais. Seguimos lutando, para representar os servidores efetivos e os comissionados que trabalham nos gabinetes das autoridades, nas Comissões, em diversos lugares. Seguimos muito orgulhosos representando-os, porque temos na Câmara, no Senado e no TCU servidores de altíssima qualidade, competência, capacidade crítica. É uma honra para todos nós que estamos atualmente na Diretoria do Sindicato representar esse grupo de brasileiros que muito se dedica a servir a essas Casas e ao povo brasileiro aqui na Casa de Leis ou lá no TCU, fazendo o controle externo, fiscalizando as contas públicas.

O reconhecimento e valorização dos nossos servidores sempre estiveram no coração de nossas ações. A criação e aperfeiçoamento do plano de carreira dos servidores das Casas não foi uma tarefa fácil. Foi necessário diálogo, negociação e, acima de tudo, muita determinação para garantir que nossos colegas tivessem seus direitos e competências reconhecidos.

Nossas lutas também se deram em outros campos de batalha. O SINDILEGIS sempre valorizou a educação e o desenvolvimento contínuo.

No intuito de reconhecer a dedicação exemplar dos servidores, lançamos o projeto Gente que Inspira. Essa iniciativa celebrou e premiou inúmeras trajetórias inspiradoras, destacando a essência do compromisso com o serviço público.

Como não mencionar o desafio que o mundo enfrentou recentemente com a pandemia de COVID-19.

Não sei se todos aqui sabem, Presidente Gilvan, mas o Congresso brasileiro foi o primeiro do mundo a realizar sessões virtuais. Foi o primeiro a se adaptar no mundo, e nós não fomos o primeiro país aonde chegou o COVID. Todos acompanharam e viram que ela chegou primeiro à Europa e a outros países, mas, quando chegou ao Brasil, graças ao desenvolvimento e ao trabalho dos servidores desta Casa e do Senado Federal, nós conseguimos fazer com que as

sessões virtuais acontecessem, sem nenhum prejuízo à atividade legislativa. Isso é algo de que se orgulha muito esta Casa. E isso sem mencionar os servidores da educação, da saúde, da segurança pública e de tantas outras carreiras, que se moldaram, que se adaptaram para que o País não parasse, para que continuássemos a ter nossa sociedade atendida, nos mais diversos serviços públicos e nas políticas públicas oferecidas.

Uma coisa que quero destacar hoje aqui é o trabalho da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

É importante, Presidente Gilvan, que nós tenhamos muito claro que o serviço público brasileiro não é inimigo da iniciativa privada. Coloca-se nos discursos das autoridades e de tantas outras pessoas uma certa dicotomia entre a iniciativa privada e o serviço público, como se nós fossemos inimigos uns dos outros. Isso precisa cair por terra. Nós precisamos superar esse discurso, porque, na verdade, o serviço público, seja por meio da alocação de recursos, seja por meio da prestação de serviços, tudo isso embalado nas políticas públicas, nas mais diversas possíveis que existem neste País, na verdade, contribuem para que a iniciativa privada possa trabalhar, possa se desenvolver e gerar empregos, e tudo isso graças às políticas públicas que são feitas no Brasil.

Como aqui não destacar o trabalho de uma EMBRAPA ou a importância de uma EMBRAPA para o agronegócio brasileiro?

Como aqui não destacar as mais diversas políticas públicas que geram infraestrutura para que a indústria possa produzir e também para a área de serviços.

Enfim, tudo isso precisa ser rediscutido no Brasil. Não é à toa que nós repudiamos a PEC 32, porque ela não endereça nenhuma solução para essas questões. Pelo contrário, ela vilaniza o servidor público, ela precariza o serviço público, num momento em que nós temos, na verdade, que investir nas políticas públicas para gerar condições e ambientes de negócios adequados, a fim de que todo o nosso setor produtivo possa cada vez mais produzir e gerar empregos para os brasileiros.

É isto que nós servidores públicos desejamos, é assim que nós gostaríamos de ser vistos: como apoiadores do desenvolvimento, seja ele social, seja ele econômico, do nosso País, mas é assim que nós precisamos ser vistos, e é esse o trabalho em que a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público está trabalhando.

Aqui nós temos mais de 30 entidades que fazem parte do Instituto Servir Brasil, que apoiam essa ideia, que apoiam essa causa.

Então, o compromisso com o serviço público transcende a mera ocupação

profissional. É uma dedicação ao bem comum e ao progresso da Nação.

Mahatma Gandhi certa vez disse: *"A melhor maneira de encontrar a si mesmo é se perder no serviço aos outros"*.

No contexto do serviço público, essa citação nos recorda da importância e da beleza intrínseca de servir a sociedade e de colocar o bem-estar coletivo acima dos interesses individuais, contribuindo para a construção de uma Nação mais justa e próspera para todos.

Muito obrigado a todos vocês. Estamos juntos nessa caminhada e o melhor ainda está por vir.

Viva o SINDILEGIS!

Viva o serviço público!

E um viva aos servidores públicos deste País!

Documento 5/9

213.2023	Sessão Ordinária - CD	24/10/2023-11:10
Publ.: DCD - 10/25/2023 -	VILSON ANTONIO ROMERO---	---
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) discursou na sessão solene em homenagem ao Dia do Servidor Público e ao aniversário de 35 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União — SINDILEGIS. Ademais, manifestou-se contrariamente à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que trata da reforma administrativa. Por fim, expressou preocupação com a reforma administrativa planejada pelo atual Governo Federal, sem a participação dos servidores públicos, e com a ausência de recomposição salarial para a categoria.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO - Bom dia a todos, todas e todes.

Em nome da ANFIP, que é a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que completa 73 anos neste ano da graça de 2023, em nome da Pública Central do Servidor da qual eu sou o Presidente no DF, e em nome também da Diretoria Nacional do DIEESE, a qual eu tenho a honra

de integrar também, eu quero saudar a todos.

Há 36 anos, eu entrei no serviço público, em abril de 1987, lá na cidade de Novo Hamburgo, na grande Porto Alegre, no interior do meu Rio Grande do Sul, como servidor. Naquela época, eu era Fiscal de Contribuições Previdenciárias do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, ex-IAPAS.

Essa trilha toda, que depois se completou em 1993, quando eu vim para Brasília, no primeiro mandato da ANFIP, muito me traz regozijo, exatamente porque eu estou vendo grandes e velhos companheiros de luta aqui neste plenário.

Saúdo a todos, tanto dos fóruns quanto das centrais e das confederações, e isto representa a luta do servidor público. Nós estamos aqui num momento em que temos a convicção também de que todos os Governos — e desde 1993 eu percebo isso — fazem o ajuste fiscal no lombo do servidor público do Executivo! Independentemente de ser conservador ou progressista, o ajuste fiscal vem da conta desse orçamento. Lamentavelmente, estamos vendo isso de novo, na medida em que, apesar de termos nos encaminhado para o enterro da PEC 32, nós não a cremamos! Ela está por aqui andando como um fantasma, nesses corredores!

As frentes do empreendedorismo e as frentes dos segmentos econômicos estão fazendo pressão para que se retome a tramitação dessa PEC, e nós temos que combater isso, nós temos que lutar contra isso. Mas, ao mesmo tempo, o atual Governo urde também nas entrelinhas, de forma sorrateira, uma nova reforma, sem dialogar com os servidores, sem negociar com os servidores, prometendo e ameaçando com carreiras e cargos transversais, sem sabermos o que é isso.

Então, nós temos que estar atentos, porque não temos a sinalização de recomposição salarial. Depois de termos perdido mais de um terço do nosso poder aquisitivo no Governo anterior, hoje não vemos a possibilidade ou a perspectiva de que isso se recomponha.

Eu quero trazer, no encerramento, primeiro um abraço muito apertado a todos os dirigentes desse grande sindicato que é o SINDILEGIS, liderado pelo companheiro Alison.

Está lá no art. 236 da Lei 8.112, desde 1990, que o Dia do Servidor Público será comemorado em 28 de outubro. Nós, trabalhadores e trabalhadoras do serviço público lutamos pela qualidade no atendimento à população. Continuamos assim e vamos lutar em defesa do servidor público, em defesa do serviço público de qualidade.

Muito obrigado.

213.2023	Sessão Ordinária - CD	24/10/2023-11:18
Publ.: DCD - 10/25/2023 -	COSTA NETO--- ---	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (SINDJUS-DF) discursou na sessão solene em homenagem ao Dia do Servidor Público e ao aniversário de 35 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União — SINDILEGIS. Ademais, defendeu a efetivação do direito dos servidores públicos à data-base. Por fim, anunciou grande ato de protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2020, que trata da reforma administrativa, e a favor da derrubada dos Vetos nºs 10 e 25, de 2023, que tratam, respectivamente, das carreiras dos quadros de pessoal efetivo do Ministério Público da União e do Poder Judiciário da União.

O SR. COSTA NETO - Bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Gilvan Maximo e do Sr. Alison Souza, Presidente do SINDILEGIS e Diretor do Instituto Servir Brasil. Cumprimento também todos os presentes e os que nos assistem dos diversos Estados da Federação.

Agradeço o convite para participar desta sessão solene tão significativa e por poder homenagear desta tribuna os servidores públicos pelo Dia do Servidor Público, a ser celebrado no dia 28 de outubro, e pelos serviços de excelência que diariamente prestam ao nosso País.

Eu olho para este plenário e me lembro de tantas lutas que já travamos aqui em prol da população brasileira, dos servidores e dos serviços públicos.

Servidor público é aquele que tem a honrosa missão de trabalhar diuturnamente para servir a sociedade e o País. É aquele que atua em prol da população, que merece um serviço público fortalecido, organizado e valorizado. É o servidor público que combate a corrupção, fiscaliza e leva saúde, educação, segurança, justiça, seguridade social e tantos outros benefícios à população brasileira.

O servidor público é, por natureza, essencial para a construção de um país melhor, um país de mais oportunidades, mais justo, igualitário e inclusivo. Ser servidor público é viver também na luta diária contra injustiças, pela manutenção dos seus direitos, por salários dignos e por mais respeito.

Nos últimos tempos, temos testemunhado tantos ataques aos serviços e

servidores públicos, ataques que atingem diretamente a organização do Estado brasileiro. Depois de anos e anos de ataques contra os serviços e servidores públicos, está na hora de viabilizarmos uma pauta positiva para o setor público do Brasil, ter uma política permanente de valorização dos serviços e dos servidores públicos. Diversas carreiras estão, neste momento, com salários muito defasados e em campanhas de reposição salarial.

Não é possível, portanto, que, após 35 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, ainda estejamos lutando pela efetivação da data-base aos servidores públicos, que é garantida pelo art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

No dia em que a importância do papel desempenhado pelos servidores for reconhecida, este País mudará. Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega investiram nos serviços públicos e estão colhendo ótimos resultados em diferentes áreas. O caminho para o progresso e o desenvolvimento de um país não é a precarização dos serviços públicos, mas a sua valorização e o seu fortalecimento.

Eu tenho muito orgulho de ser servidor público e de, como dirigente sindical, representar os colegas do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, que se dedicam diariamente à construção da Justiça.

Hoje, estamos comemorando o Dia do Servidor Público. Amanhã, faremos um grande ato em frente ao Anexo II da Câmara contra a PEC 32 e pela derrubada dos Vetos nºs 10 e 25, de 2023, com o objetivo de restaurar diversos dispositivos que corrigem injustiças e fortalecem as nossas carreiras. Como eu disse, ser servidor público é lutar diariamente para ter condições de fazer um trabalho...

(Desligamento do microfone.)

O SR. COSTA NETO - ... à população brasileira, que é a razão da nossa existência.

Finalizando, parablenzo todos os servidores públicos deste País, em especial, os colegas do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Parabenizo também o SINDILEGIS pelo seu aniversário, que transcorreu no dia 5 de outubro, quando comemorou seus 35 anos. Desejo longa vida ao SINDILEGIS e a todos os nossos sindicatos do País.

Parabéns também...

(Desligamento do microfone.)

O SR. COSTA NETO - ... pela iniciativa e pela atuação em defesa dos

serviços e dos servidores públicos.

Viva o servidor público! Juntos somos mais fortes.

Documento 7/9

222.2023 Sessão Ordinária - CD 31/10/2023-16:00
Publ.: DCD - 11/1/2023 - Coronel Assis-UNIÃO -MT
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado abordou a questão econômica no Brasil, destacando seu posicionamento em defesa da realização de uma reforma administrativa abrangente para equilibrar as finanças do País, sem aumento da carga tributária. Expressou preocupação com o atual déficit fiscal, mencionando a possível necessidade de contingenciamento. Sublinhou o papel fundamental da Câmara na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o próximo ano, visando promover um crescimento responsável.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pedi a palavra para falar sobre a questão econômica brasileira. Eu acredito que, antes de aumentarmos tributos, teríamos que fazer uma reforma administrativa ampla e irrestrita em nosso País, principalmente na máquina estatal. A relação é simples: receita e despesa. Se gastamos mais do que arrecadamos, com certeza entraremos numa dívida. O que nos deixa preocupados é que no passado tínhamos superávit, e hoje temos déficit, já com a previsão de contingenciamento no ano que vem.

Sr. Presidente, eu acredito que o nossa Casa tem um papel preponderante principalmente na votação da LDO e da LOA para o ano que vem, de modo que possamos, sim, contingenciar e fazer com que o Brasil cresça de maneira responsável.

Muito obrigado.

Documento 8/9

222.2023 Sessão Ordinária - CD 31/10/2023-16:00
Publ.: DCD - 11/1/2023 - Rosângela Moro-UNIÃO -SP
BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou a falta de alinhamento entre o Ministério do Planejamento e o Ministro da Economia, destacando a disparada do dólar e a queda na bolsa. Defendeu a necessidade de entrar na reforma administrativa para cortar gastos, especialmente reduzindo o número de Ministérios. Repudiou a declaração capacitista de uma vereadora de Arcoverde, Pernambuco, sobre pessoas com deficiência, enfatizando a importância da inclusão social. Por fim, manifestou desacordo com um projeto de lei que propõe obrigar a Netflix a destinar parte de sua receita a filmes de esquerda, argumentando contra a intervenção do Governo na iniciativa privada.

A SRA. ROSÂNGELA MORO (Bloco/UNIÃO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu quero começar fazendo um contraponto à fala de um colega que me antecedeu, que disse que, finalmente, neste Governo nós temos um Ministério do Planejamento. Temos que entender que não adianta nada termos um Ministério do Planejamento que planeja que em 2024 nós vamos alcançar déficit zero, se o Ministro da Economia diz que nós não vamos alcançar essa meta, comprometendo assim a nossa credibilidade, as nossas contas. Deputado Gustavo Gayer, o dólar disparou, a bolsa caiu. Então, não adianta nada termos um Ministério do Planejamento, se ele não está planejando, ou, pior, se o Governo não está prestando atenção naquilo que seu Ministério planeja.

Presidente, com muita razão, nós precisamos, sim, adentrar a reforma administrativa. Temos que cortar gastos deste Governo, porque, se sem a reforma as contas já não estão fechando, imagine o senhor como elas vão ficar se não adentrarmos a reforma administrativa, respeitando e premiando, é claro, os funcionários públicos que bem desempenham as suas funções, mas cortando os excessos, a começar pelo número de Ministérios.

Quero também, Presidente, manifestar o meu repúdio pelo que ouvimos de uma Vereadora do Município de Arcoverde, Estado de Pernambuco, uma fala absolutamente infeliz e capacitista sobre as pessoas com deficiência. Essa Vereadora disse que a família das pessoas com deficiência estavam sendo penalizadas por Deus. Eu quero convidá-la a conhecer melhor as dificuldades das pessoas com deficiências, para ela ver que é justamente o contrário.

Estas famílias, na verdade, estão sendo agraciadas pelo convívio com as pessoas com deficiência. Nós precisamos lutar por esse colorido das pessoas com deficiência, das pessoas sem deficiência, por inclusão social e pelo convívio de todos no mesmo espaço. É por isso que nós estamos trabalhando por estas políticas públicas.

Por fim, foi noticiado um assunto pelas mídias: não bastasse o Governo querer acabar com as contas públicas, agora quer se meter nas contas das empresas

privadas. O Governo propõe um projeto de lei para que a Netflix seja obrigada a aplicar fração da sua receita em filmes e em produções de esquerda. Nós não podemos, de modo algum, concordar com isso! O Governo está se metendo na iniciativa privada e forçando as famílias a aceitar a ideologia do PT. As famílias precisam de liberdade, tanto na fala, como na escolha do que querem ter disponível nos seus canais de *streaming*.

Obrigada.

Documento 9/9

222.2023	Sessão Ordinária - CD	31/10/2023-00:09
Publ.: DCD - 11/1/2023 -	Vinicius Carvalho-REPUBLICANOS -SP	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado abordou a ineficiência na gestão pública brasileira e a necessidade urgente de uma reforma administrativa, destacando o problema do uso excessivo de contratos temporários e suas consequências, como a judicialização de direitos trabalhistas e a falta de uniformidade nas normas.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Discurso pronunciado pelo deputado
VINICIUS CARVALHO
(Republicanos/SP), na Sessão do
Pequeno Expediente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da TV Câmara e ouvintes da Rádio Câmara:

Não é novidade que a Administração Pública no Brasil pode e precisa ser mais eficiente. Inclusive, um dos princípios que norteiam a gestão dos entes federativos é que os serviços sejam prestados visando atender de forma satisfatória a coletividade. No entanto, isso está distante da prática.

Um dos exemplos que podemos citar para ilustrar essa má gestão é o uso de contratos temporários. Profissionais são contratados para exercer funções por um período, mas lacunas da lei acabam

gerando debates judiciais. Quem paga o preço por isso? Todos os cidadãos.

Segundo levantamento realizado pelo IBGE houve um grande aumento na contratação de profissionais sem vínculo permanente nos estados brasileiros nos últimos anos. O crescimento foi de 67% entre 2017 e 2021. Existiam 266 mil funcionários nessa situação em 2017 contra 444 mil em 2021.

As contratações por regime temporário criam diversos problemas. O principal é a judicialização de questões que discutem direitos trabalhistas, uma vez que não há uma uniformização neste modelo. As admissões de servidores por tempo determinado são regulamentadas por leis estaduais ou municipais, que muitas vezes sequer possuem um regulamento específico para estes cargos.

Dessa forma, ocorrem desequilíbrios, como empregados que não recebem FGTS ou licença-maternidade. Também há uma insegurança jurídica, uma vez que sem norma regulamentadora, as decisões acabam se baseando somente na jurisprudência. Os entes mais demandados nestas ações, por consequência, são os estados e os municípios. De acordo com o Relatório Geral do Tribunal Superior do Trabalho de 2022, cerca de 7,6% de novos processos trabalhistas no Brasil foram referentes às causas contra o Poder Público.

Outro problema é a rotatividade que este modelo de contratação propicia na esfera pública. A estabilidade do funcionalismo público é fundamental em determinadas áreas, uma vez que traz experiência necessária para a execução de um bom trabalho. Sem funcionários que efetivamente sejam especialistas em certas ocupações, acaba ocorrendo uma precarização e até mesmo um custo maior nos serviços ofertados pela Administração Pública.

Especialistas afirmam que houve uma “demonização” do funcionalismo público no Brasil e isso explica o número elevado de contratações sem vínculo permanente. Ocorre que a prática está provando ser um “tiro no pé”, uma vez que demandas judiciais acabam sendo mais custosas do que servidores que poderiam ter uma longa carreira, com maior especialização e, conseqüentemente, a prestação de um serviço de maior qualidade.

A solução para evitar discrepâncias e ações judiciais nas

contratações por tempo determinado é realizar uma reforma administrativa em nosso país. Isso permitiria uma uniformização nos contratos dos servidores temporários. Porém, além da reforma, é de suma importância ressaltar que o funcionalismo público merece profissionais dedicados exclusivamente para prestar atendimento à população, prezando sempre pela eficiência.

Obrigado!
